

DECRETO LEGISLATIVO N.º 04/97

Fixa a remuneração dos Vereadores para a legislatura 1997/2000, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e eu promulgo o seguinte decreto legislativo.

**ART. 1º.** Durante a legislatura que vai desde 1º de janeiro de 1997 até 31 de dezembro de 2.000, os Vereadores perceberão subsídio nos termos deste Decreto Legislativo.

**ART. 2º.** A partir de 1º de janeiro de 1997, os Vereadores perceberão uma remuneração de valor igual a R\$ 425,00 ( quatrocentos e vinte e cinco reais).

§ 1º .Os valores resultantes da aplicação do "caput" deste artigo serão reajustados nas mesmas datas e nos mesmos índices em que forem reajustados os vencimentos dos servidores do Município.

§ 2º .No caso de reajustamentos diferenciados, inclusive em decorrência de reclassificação ou reavaliação de cargos, aplicar - se - á a média ponderada dos percentuais incidentes sobre os padrões dos cargos de provimento efetivo.

**ART. 3º** . O subsídio mensal será dividido em partes fixa e variável, de valores iguais.

§ 1º . A parte variável do subsídio será dividida pelo número de sessões ordinária que se realizam em cada mês, nos termos do Regimento Interno.

§ 2º . Somente será remunerada uma sessão por dia e, no máximo, quatro sessões extraordinárias por mês, estas no mesmo valor das sessões ordinárias.

§ 3º . Somente será paga a parte variável quando o Vereador comparecer e participar das votações.

§ 4º . Quando licenciado por doença, o Vereador perceberá a parte fixa do subsídio.

§ 5º . Nos períodos de recesso da Câmara, o Vereador perceberá subsídio calculado a parte variável pela média dos comparecimentos no período anterior.

**ART. 4º** . O Presidente da Câmara perceberá mensalmente, a título de verba de representação, quantia igual ao subsídio do Vereador.

**ART. 5º** . Além do subsídio normal, os Vereadores perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for paga a gratificação natalina aos servidores do Município, uma quantia igual do subsídio vigente naquele mês.

Parágrafo único . Quando houver pagamento da metade do subsídio de um mês aos servidores, a título de adiantamento da gratificação natalina, na forma de lei municipal, igual tratamento será dado aos vereadores.

**ART. 6º** . Em qualquer circunstância, serão obedecidas as limitações impostas pelos itens V , VI , VII do art. 29 da Constituição Federal, os dois últimos na redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 1992.

45

Fls. - 3.

**ART. 7º** . Os valores do subsídio dos Vereadores e da verba de representação do Presidente, observados os artigos anteriores, serão declarados em resolução da Mesa.

**ART. 8º** . Em caso de viagem para fora do Município, a serviço ou representação da Câmara, deliberada pelo Plenário, o Vereador poderá perceber diárias fixadas pela mesma.

**ART. 9º** . A despesa decorrente será atendida pelas dotações orçamentárias próprias.

**ART. 10º** . Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua promulgação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997, revogada as disposições em contrário.

Chuvisca, 29 de janeiro de 1997.



---

Vereador